

CAMPOS CONJUGOU DESENVOLVIMENTISMO E NEOLIBERALISMO

Thomas Skidmore

Folha de S.Paulo, 10 de outubro, 2001

Roberto Campos esteve no centro da vida pública do Brasil por mais de quatro décadas. Nesse período, se destacou como estrategista governamental, diplomata, economista, congressista, colunista e homem de negócios. Ele também se tornou uma das figuras mais controversas do Brasil. Apreciava esse papel e deu o melhor de si nos frequentes embates com seus críticos.

Campos teve uma instrução muito apropriada para os papéis que ele escolheu. Começou com a rigorosa preparação oferecida pelos jesuítas. Determinado a não completar sua educação no seminário, entrou no concorrido curso do Itamaraty que prepara candidatos para trabalhar no serviço do Brasil no exterior, ao qual ele ainda adicionou sua graduação em economia. Devem ter existido poucos jovens brasileiros tão bem preparados quanto Campos para encarar os desafios do desenvolvimento do país na segunda metade do século 20.

O primeiro emprego de Campos foi como economista tecnocrata. No início dos anos 50, trabalhou na Comissão Econômica Brasil EUA, que planejou as prioridades desenvolvimentistas para a infra-estrutura do Brasil. O presidente Eisenhower, eleito em 1952 com uma plataforma de livre comércio, extinguiu a comissão, deixando o presidente Vargas sem o apoio estrangeiro essencial para colocar o planejamento da comissão em ação. Foi uma pequena amostra do neoliberalismo econômico que o Brasil iria finalmente abraçar nos anos 90.

Apesar da oposição dos EUA, o Brasil optou por um programa de desenvolvimento econômico baseado no Estado nos anos 50. Campos ocupou uma posição-chave entre os conselheiros econômicos do presidente Vargas. Uma vez lá, ajudou a traçar a proposta que deu origem à Petrobrás. Mais tarde, se tomou o verdadeiro cabeça do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que canalizava os fundos governamentais para os projetos de investimento prioritários. Campos se manteve em posições-chave durante a expansão econômica que marcou a Presidência de Juscelino Kubitschek. Assim, a própria ideologia econômica de Campos na prática pode ser chamada de “desenvolvimentista” o que claramente incluía um papel de destaque para o Estado.

Foi durante a Presidência de Goulart que a ideologia econômica se tomou um assunto de vida ou morte. Campos era agora embaixador em Washington, onde encontrava mais e mais dificuldades para representar um governo brasileiro que tendia para a esquerda. Seu pedido de demissão, em meados de 1963, era um sinal de que as políticas

governamentais de Goulart estavam polarizando a comunidade política e econômica brasileira.

Determinado a realizar oposição doméstica a Goulart Campos uniu forças com o Ipes (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) de São Paulo, que, suspeitando dos dados econômicos do governo, tinha começado a publicar seus próprios números, como índices de inflação e de emprego. Campos se tornou um crítico feroz do governo, anunciando que Goulart estava tecendo propositalmente o caos econômico.

O golpe militar de 1964 pôs fim à carreira política de Goulart juntamente com as políticas populistas que Campos estava atacando. Os generais nomearam Campos ministro do Planejamento, e ele mergulhou de cabeça na elaboração de um plano de estabilização —juntamente com Gouveia de Bulhões, um distinto economista conservador que acabava de ser nomeado ministro da Fazenda.

De 1964 a 1967, os generais deram a Campos e a Bulhões carta branca para corrigir a inflação que estava devastando o Brasil. Embora fossem atacados por supostamente impor um plano de estilo ultra -FMI, era notavelmente um programa moderado que reduziu drasticamente a inflação, renegociou com sucesso a dívida externa e reorganizou efetivamente o setor financeiro. Havia pouco esforço para desnacionalizar as empresas estatais, a meta neoliberal favorita. Houve esforços periódicos de estabilização, como em 1953-54, 1955, 1958-59, 1961 e 1963 -64. Todos falharam. Se Campos e Bulhões conseguiram, foi por causa do governo autoritário que estava por de trás deles, uma vantagem de que os estabilizadores do passado precisavam.

A considerável realização de Campos foi ofuscada por outra que a sucedeu, o “milagre” dos anos 70 elaborado por Delfim Neto, para o qual o regime Campos Bulhões tinha preparado o terreno.

Os anos 80 e 90 foram menos bondosos para a economia brasileira, que teve de encarar a crise do petróleo, a alta das taxas de juros internacionais e a queda de produtividade. Nesses anos, Roberto Campos participou do debate político por meio de sua presença no Congresso e na imprensa. Ele se tomou mais do que nunca um forte defensor do neoliberalismo, costurando seus discursos e suas colunas com sarcasmo sobre a ineficiência do setor estatal (Petrossauro era seu apelido para a Petrobrás).

Campos era um escritor produtivo e de respeito no fim de sua vida. Sua autobiografia de dois volumes, “A Lanterna na Popa: Memórias”, manterá os historiadores ocupados pelos próximos anos. Leitores futuros aprenderão muito com sua prosa escultural. Enquanto isso, o destino da experiência neoliberal brasileira, a qual ele defendeu tão energicamente, será crucial na determinação do papel definitivo de Campos na história do Brasil.